



INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM SALA DE AULA: RELATO DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA NO CURSO DE PEDAGOGIA

Quissa Laiana Alves de Araújo
Universidade Estadual de Montes Claros
kissaaraujo69@gmail.com

Julia Caravelli Miranda
Universidade Estadual de Montes Claros
juhcaravelli@gmail.com

João Paulo da Silva Andrade
Universidade Estadual de Montes Claros
jpsandrade06@hotmail.com

Eixo 1 - Educação inclusiva, acessibilidade e tecnologias assistivas
Educação inclusiva, deficiência auditiva, estratégias pedagógicas

Introdução

A efetivação da inclusão escolar se apresenta como um dos desafios mais prementes e multifacetados para a educação contemporânea. Este cenário complexo e dinâmico exige, de maneira contínua, que os futuros professores se engajem em uma reflexão crítica e aprofundada sobre suas práticas pedagógicas, a fim de que sejam capazes de atender à vasta diversidade humana presente no ambiente de sala de aula. Dentre os múltiplos contextos que a educação inclusiva abarca, ganha especial destaque a necessidade de desenvolver competências para compreender, acolher e educar o estudante surdo. Tal acolhimento demanda a promoção de estratégias didáticas que não apenas permitam, mas que efetivamente favoreçam sua plena comunicação, sua participação ativa e seu processo de aprendizagem em igualdade de condições.

O presente relato de experiência emerge de uma vivência acadêmica realizada no âmbito da disciplina de Fundamentos da Educação Especial, componente curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no campus de Almenara-MG. A concepção desta proposta pedagógica foi diretamente inspirada pela leitura e discussão do capítulo intitulado "Deficiência Auditiva", da obra "Educação Inclusiva", de autoria de Débora Regina de Paula Nunes (2013). O objetivo central delineado para esta atividade foi, portanto, o de desenvolver e aplicar uma oficina de natureza eminentemente prática, que pudesse estimular e aprofundar a reflexão dos

acadêmicos acerca dos desafios e das possibilidades inerentes à inclusão do aluno surdo na sala de aula regular.

Fundamentos Teóricos

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é solidamente respaldada por um conjunto de marcos legais de fundamental importância, que orientam as políticas e práticas em todo o território nacional. Destacam-se, nesse arcabouço, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015). Em conjunto, tais legislações não apenas recomendam, mas garantem o direito inalienável do aluno com deficiência de frequentar a rede regular de ensino, assegurando que as adaptações curriculares, os recursos de acessibilidade e o apoio especializado necessários ao seu pleno desenvolvimento educacional e social sejam providenciados.

No contexto específico do estudante surdo, a dimensão da comunicação assume um papel absolutamente central e determinante em todo o seu processo educativo. Conforme aponta Nunes (2013), é essencial que o educador transcenda a visão da surdez como uma mera limitação auditiva. É imperativo compreendê-la como uma diferença cultural e linguística, que se expressa por meio de uma língua própria e de uma forma particular de perceber e interagir com o mundo. A adoção dessa perspectiva é o que possibilita ao professor desenvolver e adotar práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, alicerçadas em estratégias visuais, gestuais e interativas. Diante disso, a formação inicial de professores assume a responsabilidade de oportunizar experiências concretas que permitam aos futuros docentes não apenas conhecer na teoria, mas vivenciar na prática os desafios e as enormes possibilidades que a inclusão oferece.

Apresentação da experiência

A oficina foi planejada e executada em dupla, sendo aplicada para a turma do 4º período do curso de Pedagogia. Com o intuito de construir uma ponte entre o conhecimento teórico e a sensibilização prática, a atividade foi metodologicamente organizada em dois momentos distintos e complementares:

- a) **Explicação Teórica:** Inicialmente, realizamos uma apresentação dialogada para a turma, abordando os conceitos básicos relacionados à surdez e à deficiência auditiva. Neste momento, também foram revisitadas as principais legislações que garantem os direitos das pessoas surdas no campo da educação, contextualizando a relevância do tema para a futura prática profissional dos pedagogos.
- b) **Dinâmica “Telefone sem Fio – com Imagens e Frases”:** Para o momento prático, a turma foi dividida em duas grandes fileiras. A dinâmica consistia em transmitir uma mensagem ao longo da fileira, mas com uma regra fundamental: a comunicação deveria ocorrer sem qualquer recurso à oralidade. Ao primeiro participante de cada fila, era apresentada

discretamente uma imagem ou uma frase de uso cotidiano (por exemplo, "escovar os dentes" ou "tomar banho"). O desafio proposto era o de transmitir essa mensagem ao colega seguinte utilizando apenas gestos, mímicas e expressões corporais. O processo se repetia sucessivamente até o último participante, que deveria então revelar em voz alta a mensagem que havia compreendido.

Durante as primeiras rodadas, que utilizaram mensagens simples e concretas, observou-se que a comunicação fluiu com notável clareza e eficácia. Contudo, em rodadas posteriores, ao introduzirmos frases de maior complexidade e abstração, como "demonstrar sentir saudade" ou "limpar a boca com guardanapo", emergiram significativas dificuldades de interpretação, gerando ruídos na comunicação e resultados finais bastante distintos da mensagem original.

Análise parcial dos resultados

A realização da dinâmica revelou de forma contundente que a comunicação desprovida de oralidade é um ato complexo, que exige e mobiliza um conjunto de habilidades como a criatividade para se fazer entender, a atenção focada para interpretar o outro e uma profunda cooperação entre os interlocutores para construir um sentido comum. Os colegas participantes destacaram em suas falas que a vivência proporcionou uma compreensão prática e empática das barreiras comunicacionais frequentemente enfrentadas por alunos surdos no cotidiano escolar, algo que a simples leitura teórica talvez não alcançasse com a mesma intensidade.

Adicionalmente, a experiência suscitou reflexões coletivas sobre a importância crucial de se planejar e implementar metodologias de ensino que privilegiem recursos visuais, que valorizem as expressões corporais e que lancem mão de outras estratégias pedagógicas capazes de superar a dependência exclusiva da comunicação oral. A oficina também demonstrou de maneira clara que o professor, ao assumir seu papel de mediador da aprendizagem, deve cultivar uma postura aberta e investigativa, buscando constantemente criar alternativas pedagógicas que não apenas incluam, mas que efetivamente favoreçam a interação genuína e a aprendizagem de todos os alunos, sem exceção.

Conclusões

Em suma, a experiência vivenciada com a oficina contribuiu de maneira extremamente significativa para a nossa formação acadêmica e pessoal. Ao nos permitir explorar de forma lúdica, mas profundamente reflexiva, os desafios inerentes à inclusão do aluno surdo, a atividade transcendeu o status de um mero exercício prático. Ela se consolidou como uma poderosa ferramenta de sensibilização, evidenciando a relevância de pilares como a empatia, a sensibilidade para com o outro e a criatividade como competências indispensáveis na prática docente cotidiana.

Como futuros pedagogos, saímos desta vivência com a compreensão ampliada de que a verdadeira inclusão não se resume ao mero cumprimento da legislação vigente. Trata-se, fundamentalmente, de um compromisso ético e pedagógico de construir um ambiente escolar acolhedor e potente, no qual todos os estudantes, independentemente de suas especificidades e características individuais, tenham seu direito à aprendizagem e à participação plena incondicionalmente assegurado.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

NUNES, Débora Regina de Paula. *Educação inclusiva*. Natal: EDUFRN, 2013.